ARTIGOS
ARTICLES
ARTÍCULOS

Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para a educação infantil: um estudo a partir das metodologias de ensino

The Common National Curricular Base (BNCC) for Child Education: a study based on teaching methodologies

Un National Common Curriculum Base (BNCC) para la educación de la primeira infancia: un estudio a partir de metodologias de enseñanza

Daniela Emilena Santiago*

Fernanda Gonçalves Gomes**

Flavia Danieli de Souza***

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e sua aplicação nas práticas pedagógicas da educação infantil no Brasil. Para a construção do texto, recorremos à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), além de artigos que discutam tal documento e que também abordam práticas relacionadas à educação infantil. Também realizamos análise das tarefas escolares conferidas aos alunos de uma escola pública de educação infantil vinculados à sala pré-I, considerando o período de observação de um mês. A análise das tarefas requeridas à luz do BNCC nos permitiu observar que ainda temos uma prática dissociada do referido referencial e que as atividades desenvolvidas em casa ainda estão assentadas em cópias, repetições e na memorização, e não na escrita livre. Dessa forma, podemos inferir que ainda não tivemos a apropriação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) nos espaços pedagógicos e que em grande parte deles as atividades da educação infantil permanecem assentadas em métodos tradicionais e arcaicos, comprometendo tanto o desenvolvimento infantil quanto a aprendizagem.

Palavras-chave: BNCC; educação infantil; metodologia.

ABSTRACT

The present work aims at a reflection on the National Curricular Common Base (BNCC) and its application in the pedagogical practices of early childhood education in Brazil. For

---

* Docente dos cursos de Pedagogia e Psicologia da Universidade Paulista (Unip-Assis) e doutoranda em História na Universidade Estadual Paulista (FCL/Unesp-Assis).

** Mestrando em Educação pela Unesp e docente substituta na educação básica em Assis/SP.

***Docente e coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Paulista (Unip). Diretora de escola municipal da rede pública de Assis/SP. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Marília).

the construction of the text, we use the National Curricular Base (BNCC), as well as articles that discuss this document and also address practices related to early childhood education. We also carried out an analysis of the school tasks conferred on the students of a public school of pre-I education, considering the observation period of one month. The analysis of the tasks required in the light of the BNCC has allowed us to observe that we still have a practice dissociated from this reference and that the activities developed at home are still based on copies, repetitions and memorization, not on free writing. Thus, we can infer that we have not yet appropriated the National Curricular Common Base (BNCC) in the pedagogical spaces and that in most of them the activities of children's education remain based on traditional and archaic methods, compromising both child development and learning.

Keywords: BNCC; early childhood education; methodology.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo hacer una reflexión sobre la Base Curricular Nacional Común (BNCC) y su aplicación en las prácticas pedagógicas de la educación de la primera infancia en Brasil. Para la construcción del texto, recurrimos a la Common National Curriculum Base (BNCC), así como a artículos que discuten este documento y también abordan prácticas relacionadas con la educación de la primera infancia. También realizamos un análisis de las tareas escolares asignadas a los estudiantes de un preescolar público vinculado a la clase pre-I, considerando el período de observación de un mes. El análisis de las tareas requeridas a la luz del BNCC nos permitió observar que todavía tenemos una práctica disociada de la referencial y que las actividades desarrolladas en el hogar todavía se basan en copias, repeticiones y memorización, y no en la escritura libre. Por lo tanto, podemos inferir que todavía no nos hemos apropiado de la Base Nacional Curricular Común (BNCC) en espacios pedagógicos y que en la mayoría de ellos las actividades de educación de la primera infancia siguen basadas en métodos tradicionales y arcaicos, comprometiendo tanto el desarrollo como el aprendizaje infantil.

Palabras clave: BNCC; educación de la primera infancia; metodología.

Introdução

A Base Nacional Curricular Comum, popularizada como BNCC, foi publicada no Brasil em 2017, pelo Ministério da Educação e da Cultura, e tem como finalidade oferecer parâmetros mínimos para a organização curricular e pedagógica das instituições de ensino em todo território nacional. O documento delimita aspectos relacionados à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e é apresentado pelo Ministério da Educação e da Cultura como um “documento normatizador”, ou seja, apesar de não ser uma lei específica, determina práticas pedagógicas a serem adotadas nas unidades de ensino e também por professores e gestores.

No que concerne à educação infantil, a Base Nacional Curricular Comum indica que essa é uma modalidade de ensino destinada às crianças de zero aos cinco anos de idade, contemplando aí ações desenvolvidas por creches e também por pré-escolas. A educação para essa faixa etária é apresentada como direito de todos e dever do Estado, sendo obrigatória a matrícula de crianças a partir de quatro anos de idade em instituições de educação infantil.

A educação infantil é ainda apresentada como a primeira etapa da educação básica e na qual as práticas pedagógicas estariam assentadas no binômio

educar e cuidar, afinal, tais processos são apresentados como complementares, uma vez que o cuidado é apresentado “[...] como algo indissociável do processo educativo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, 2017, p. 34). Considerando a pouca idade das crianças que ingressam no mundo escolar, o documento reforça ainda que além da dupla conotação: “cuidado e educação”, é preciso compreender que nesse momento grande parte das crianças vivencia a primeira separação de suas famílias, o que requer, essencialmente, práticas diferenciadas e includentes, as quais possuem na ludicidade a sua principal metodologia de ação. Nesse sentido, o documento indica que as interações e brincadeiras devem ser consideradas como eixos norteadores da educação infantil.

A Base Nacional Curricular Comum reforça ainda a importância das práticas pedagógicas respeitarem ainda a perspectiva cultural da criança, assim como os saberes que a mesma já possui. E assevera a importância que a família deve assumir no processo educacional, sendo apresentada como um agente e parceiro em todas as ações relacionadas com a educação das crianças sob as quais possui responsabilidade. De tal maneira, a BNCC não coloca somente o Estado como responsável, ela reforça a relevância da família nesse processo, além dos demais atores, como professores e os demais profissionais na área educacional que possuem relação com as instituições educacionais.

Apesar de a Base Nacional Curricular Comum destacar que os processos pedagógicos da educação infantil possuem a chamada “intencionalidade educativa”, que corresponderia a desenvolver nas crianças a possibilidade de conhecer a si e aos outros, conhecer os fenômenos da natureza, a cultura e a produção de conhecimento científico, destaca-se que a aprendizagem dos conceitos deve ser analisada de maneira processual a fim de identificar quais foram os conceitos e conteúdos construídos pela criança após sua inserção no processo de educação formal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, 2017).

Nessa direção, BNCC oferece parâmetros para a organização curricular das organizações de educação infantil e de forma associada destaca informações sobre a metodologia de ação nesses espaços pedagógicos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, 2017). Apesar de ser um documento relativamente novo, ele congrega a discussão que profissionais da educação vinham realizando por longos anos. Nele também se vê o fortalecimento de críticas assentadas no padrão tradicional de ensino.

Considerando assim o disposto na Base Nacional Curricular Comum sobre a educação infantil, realizamos uma análise do que está posto no referido documento de maneira a compará-lo às práticas pedagógicas que são

consolidadas na contemporaneidade. Para a apreensão desse objeto, analisamos as atividades encaminhadas para os alunos de uma sala de pré-I de uma instituição pública realizarem em suas residências, no período de um mês, as populares “tarefas de casa”. A análise dessas atividades nos levou a conhecer alguns aspectos relacionados à aprendizagem e à apropriação da linguagem pela criança.

Assim, o objetivo deste texto é o de comparar os aspectos relacionados na Base Nacional Curricular Comum em relação à educação infantil com a prática desenvolvida em uma instituição desta natureza. Tal tema se mostra relevante uma vez que a BNCC ainda é um documento recente e que não foi suficientemente explorado pelos profissionais da área da Educação. Assim, é vital que haja um maior conhecimento de tal documento e das formas com que o mesmo tem sido implementado na prática pedagógica contemporânea. Nesse sentido é importante ressaltar que realizamos consulta à base de dados *Scielo*,¹ usando a pesquisa por assunto com o termo “BNCC”, e identificamos apenas um trabalho em que a discussão era orientada para a organização pedagógica do ensino médio a partir de tal referencial. Também realizamos pesquisa no referido *site* usando a pesquisa por assunto com o termo “Base Nacional Curricular Comum”, porém foram encontrados apenas dois textos, dos quais um discute a questão do conhecimento, enquanto que o outro aborda a discussão do “escola sem partido”. No entanto, em nenhum desses artigos existe discussão sobre a Base Nacional Curricular Comum nem de sua relação com a educação infantil, motivo pelo qual consideramos que o presente texto é extremamente relevante sob o ponto de vista do conhecimento científico, além de ser inédito.

Métodos

Para a composição dessa pesquisa, nós realizamos uma análise dos cadernos de tarefa de duas crianças que estão inseridas em uma escola pública de educação infantil, considerando o período de 11 de fevereiro a 11 de março de 2019. Não houve contato direto com as crianças e os cadernos foram voluntariamente entregues pela direção da escola em concordância com a professora responsável pela classe. Para evitar qualquer exposição do espaço onde a pesquisa foi realizada, omitiremos o nome da unidade de ensino em

---

¹ *Site* consultado: <http://www.scielo.br>, acesso em quatro de março de 2019. A escolha do sítio eletrônico *Scielo* para analisar a existência de produção científica sobre a Base Nacional Curricular Comum proveio do fato de que o mesmo consolida grande parte da produção acadêmica nacional. O *site* em questão é representativo da produção acadêmica e nos dá indícios de como a produção acadêmica tem caminhado no Brasil.

que os objetos de pesquisa foram obtidos, assim como qualquer outro dado, como o município de origem em que a pesquisa aconteceu.

Para a composição do trabalho, observamos todas as atividades que foram encaminhadas para duas crianças no período mencionado, o que totaliza 18 atividades, e partimos da constatação de que havia 13 atividades que exigiam que o aluno sublinhasse com lápis preto linhas previamente pontilhadas; três atividades exigiam que o aluno recortasse de revistas, jornais ou gibis antigos letras de dadas palavras para colar no caderno de tarefas; e duas atividades eram para a criança fazer desenhos no espaço circundado. No caso em questão, nenhuma tarefa foi alocada diretamente no caderno. Em todas as atividades uma página de papel impresso foi colada no caderno e a criança deveria fazer a “tarefa” no papel colado previamente. Dessa maneira, apresentaremos aqui a análise a partir dessas atividades. Não adotamos uma análise realizada no espaço da sala aula e considerando outras intervenções realizadas, mas somente essas que citamos nesse documento.

As crianças inseridas na pré-escola I possuem quatro anos de idade. Optamos por analisar mais de uma tarefa, visto que consideramos a possibilidade de haver tarefas diferenciadas entre os alunos, algo que fomos previamente participados pela direção da escola que inexistia. Assim, neste artigo apresentaremos imagens das atividades dos dois alunos, porém, as atividades são iguais. Para evitar a identificação da criança, no processo de digitalização excluímos itens como seu nome e outros que permitissem identificá-la.

No que diz respeito à escola, tal como salientamos trata-se de uma instituição pública e mantida, prioritariamente, com recursos do município. Segundo dados conferidos pela direção da escola, o professor da sala de aula é concursado e tem mais de 15 anos de exercício no magistério. A sala conta com um estagiário em Pedagogia. Atualmente há 20 crianças na sala de aula, sendo que destas, seis frequentam a creche desde os seis meses de idade, três frequentavam a creche desde um ano de idade, e duas ingressaram na creche com uma média de dois anos de idade, totalizando, assim, 11 crianças que já vinham de outra instituição educacional. Na mesma unidade de ensino havia nove crianças que foram inseridas na escola somente em 2019.

No sentido em pauta, apesar de recorrermos a alguns dados para separação das atividades como indicamos acima, nosso estudo é de natureza qualitativa. Adotando a definição de Minayo (1999), vemos que o estudo qualitativo é aquele em que a produção de conhecimento está assentada na identificação de conceitos, significados nem sempre quantificáveis. Tais conteúdos estão relacionados a uma dada realidade presente na sociedade, algo concreto. A apreensão de um aspecto da realidade, segundo a autora, nos dá a saber sobre dados fenômenos considerando a amostra delimitada para a pesquisa. No entanto, esse conhecimento não pode ser universalizado, mas

deve ser compreendido como um saber peculiar e específico da realidade investigada, considerando-se ainda seu caráter histórico e cultural.

De tal maneira, nosso olhar para um aspecto da realidade educacional nos permitirá construir conceitos específicos, sem que para isso seja necessário de dados que possam ser comprovados ou refutados. Também não poderemos universalizar o saber produzido para todas as experiências de educação infantil, posto que o conhecimento em questão foi produzido com base na realidade específica estudada. Na sequência, considerando nossa amostra de estudo, apresentaremos parte dos dados que obtivemos, os quais serão analisados adotando como base os parâmetros postos pela Base Nacional Curricular Comum.

Resultados e discussão

Analisando as tarefas conforme indicamos no item precedente, observamos que a grande maioria das atividades exigia que o aluno sublinhasse atividades já previamente elaboradas. Para melhor entendimento, indicamos que se observe a imagem abaixo, que digitalizamos diretamente do caderno de tarefas.

Figura 1 – Exemplo de atividade com a letra A

Fonte: Caderno de tarefas de aluno da pré-escola I

Nesta imagem podemos observar a predominância de atividades em que a criança deve apenas riscar a parte previamente pontilhada, tanto no contorno da letra quanto em relação ao desenho. Apesar dessas atividades fortalecerem a coordenação motora fina da criança, algo que como sabemos é necessário para a escrita, vemos que a predominância dessas atividades contraria o disposto na Base Nacional Curricular Nacional. No que diz respeito à escrita, recomenda-se neste documento que haja o desenvolvimento de atividades ligadas à escrita espontânea, termo pelo qual o documento enfatiza as experiências que a criança faz em seu processo de apropriação da escrita (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, 2017). De tal forma, a nosso ver, as atividades acima estão assentadas na repetição do traçado e não na escrita livre.

A utilização da letra previamente tracejada e associada com a imagem que designa um símbolo iniciado com a letra que é objeto da tarefa faz com que a criança associe o A, por exemplo, à palavra vinculada, como abelha ou avião. No entanto, a criança não se apropria da constituição gráfica da letra, de modo que pode ocorrer que ao ser solicitada a escrita livre, a criança não consiga fazê-lo porque não aprendeu ainda o traçado da letra. Outro aspecto interessante é que o pontilhado também é reforçado em circundar figuras e imagens, ao invés do desenho livre. As letras que aparecem nas atividades são o A e o B.

A Base Nacional Curricular Comum ainda vincula a pré-escola à construção dos chamados campos de experiências. Estes campos seriam habilidades e competências que as crianças constroem a partir de sua inserção no processo de escolarização. Vinculado ao campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”, temos a indicação que constitui objeto da educação infantil desenvolvida junto a crianças de quatro anos às de cinco anos e 11 meses, os seguintes objetivos de aprendizagem:

Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.

Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.

Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.

Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.

Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.

Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.

Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.

Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.)

Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, 2017, p. 49-50).

Ou seja, o documento apresenta a utilização da escrita espontânea pela criança para que ela possa experimentar essa vivência, fortalecendo a perspectiva da autonomia infantil. E além disso destaca a importância de serem levantadas hipóteses em relação à escrita por meio do registro de palavras e textos, isto é, a criança deve ter a experiência da escrita e não apenas ser limitada a ter modelos previamente estipulados e já elaborados pelo professor. Ademais, é nítido o reforço que o documento faz para a utilização de livros para que a criança possa recorrer às imagens dispostas nos livros, além de palavras conhecidas e atividades que possam colaborar com a contação de história, além de sua recomposição das histórias já ouvidas pelas crianças. De tal forma, apesar de nas propostas acima não ser vetada a utilização de atividades que exigem a cópia, vemos que a Base Nacional Curricular Comum busca fortalecer metodologias nas quais o aluno seja ativo no processo pedagógico e nas quais ele se aproprie da cultura produzida pela sociedade, sentença destacada especialmente no reforço de utilização de livros para atuar junto a essa faixa etária atendida na educação infantil.

Por outro lado, vemos que esse formato de metodologia de intervenção no espaço pedagógico acaba nos remetendo a abordagens comuns no ensino tradicional. Ao analisar as diversas teorias que orientaram e orientam o ensino, Mizukami (2013) nos apresenta a abordagem tradicional compreendida como sendo aquela em que o professor tem como intervenção predominante aquelas em que utiliza atividades repetitivas. Para a autora, essa abordagem de ação prioriza as ações assentadas na memorização e que tenham caráter individual. Nesse sentido, se o professor mantém a recorrência a essas atividades é difícil identificar quais seriam os aspectos de mudança, inovação presentes no cotidiano das salas. Apesar de não termos analisando o semanário ou qualquer outro dispositivo que nos permita conhecer de forma plena as abordagens do professor da educação infantil na sala de aula em questão, podemos supor que a tarefa de casa muitas vezes pode ser usada para consolidar conhecimentos e saberes abordados em classe, convertendo-se numa atividade também tradicional em que a repetição é mais importante do que a aprendizagem de como reproduzir as letras.

Também fica difícil à criança a construção de hipóteses sobre a escrita, uma vez que ela não pode experimentar a escrita, compor nem sentir o tra-

çado da letra, mas apenas reproduz de forma “correta” o desenho indicado no papel que recebeu. Outro aspecto interessante que coaduna com essa questão é a impossibilidade da criança ter contato com o caderno e apenas usar documentos previamente impressos pelo professor. Assim, muitas vezes os elementos representados não possuem relação com a dinâmica da criança, como, por exemplo o avião representado na figura 1. Portanto, a cultura e o saber da criança podem estar sendo desconsiderado nesse tipo de atividade, o que pode torná-la enfadonha para a criança.

Por outro lado, Vigotski (2005) reforça que a linguagem é o maior dispositivo de apropriação da cultura que a criança tem contato desde a menor infância. Para a apropriação dos conceitos da cultura, o autor nos coloca que é necessário à criança a interiorização. Esse processo acontece quando a criança operacionaliza uma transferência de um conceito para a sua subjetividade. Essa apropriação só acontece quando tem relevância para a criança, algo que o autor nomeia como “atividade principal”. A atividade principal seria aquela preponderante em um dado momento do desenvolvimento infantil. Assim, a criança só consegue se apropriar de dados conceitos, como a escrita, por exemplo, se a atividade desenvolvida despertar o seu interesse. Deve provir ainda de uma necessidade da criança que esteja vinculada à sua realidade concreta. Outrossim, se a repetição, o contorno não tem relação alguma com a vivência da criança, isso dificilmente será interiorizado por ela.

O autor demonstra que a criança apresenta fases ou estádios de desenvolvimento da escrita. Em princípio, a criança faz rabiscos desordenados no papel, conhecidos como garatujas. Para Vigotski (2005), nesse momento a criança está imitando a escrita dos adultos. Com o tempo e a explorar essas habilidades, ela amplia as suas potencialidades de escrita e com o apoio pedagógico orientado vai se apropriando da escrita formal. Essa apropriação da escrita formal que Vigotski indica como elemento basal de inserção na cultura humana é um processo essencialmente educativo e que deve ser mediado pelo adulto, sobretudo por aquele vinculado aos espaços pedagógicos.

As atividades desenvolvidas que solicitavam que a criança recortasse letras conhecidas em materiais impressos e as colocassem na folha de atividade, apesar de também já virem previamente elaboradas com a letra B já impressa, nesse caso, ao menos a criança é estimulada a pesquisar. Obviamente que esse tipo de atividade requer o acompanhamento familiar porque envolve corte e colagem de letras, porém, de certa forma coloca a criança em contato com a cultura impressa que está presente na sociedade em que vive. Abaixo a imagem da proposta da atividade que foi pensada ao caderno de tarefas dos alunos.

Figura 2 – Exemplo de atividade com a letra B

ESCOLA: _____

NOME: _____

DATA: ____/____/____ SÉRIE: _____

RECORTE DE JORNAIS OU REVISTAS PALAVRAS QUE COMECEM COM A LETRA **B** COLANDO-AS NO ESPAÇO ABAIXO. VOCÊ TAMBÉM PODERÁ DESENHAR, SE PREFERIR.

B

06

Fonte: Caderno de tarefas de aluno da pré-escola I

No caso, a digitalização foi realizada antes da criança realizar a pesquisa e, então, aqui inserida apenas a título de exemplo. É nítido que a mesma foi extraída pelo professor de cópias antigas ou da internet, prática comum aos pedagogos na atualidade. No entanto, essa atividade ainda é, a nosso ver, dentre as demais, aquela que mais se vincula aos parâmetros da Base Nacional Curricular Comum.

Por fim, as atividades para que as crianças pudessem pintar já vinham também com desenhos previamente esboçados, com o pontilhado para que a criança pudesse contornar e fazer o desenho. Dessa maneira, uma vez mais vemos que a criatividade e espontaneidade da criança em realizar a imagem ou desenho à mão livre não se consolidam, uma vez que mesmo o desenho já veio impresso. Abaixo, a imagem de uma dessas atividades desenvolvida pela criança, sendo que tal imagem foi escaneada previamente pelos autores do presente texto a partir do caderno de tarefa de um dos alunos.

Figura 3 – Exemplo de atividade de pintura

Fonte: Caderno de tarefas de aluno da pré-escola I

Nesse caso, mais que o desenho, foi requerido que a criança escolhesse o número de velas no bolo que correspondesse à sua idade. Nesse sentido, vemos que há vinculação da atividade a um conhecimento que a criança já possui e que é associada à ideia do bolo de aniversário e da girafa que segura os balões. A questão do desenho é apresentada vinculada a um dos campos de experiência apresentados pelo texto da Base Curricular Nacional Comum. O documento indica como objetivos da aprendizagem e do desenvolvimento para crianças com quatro anos e cinco anos e onze meses os seguintes:

Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, 2017, p. 48).

Sendo que aqui novamente vemos o reforço e a necessidade da expressão livre da criança. À medida que o desenho já chega previamente elaborado para a criança, sua capacidade da expressão acaba sendo, de certa forma, minimizada. De acordo com o aporte ao pensamento vigotskiano, que também vai ao encontro ao disposto na Base Nacional Curricular Comum, vemos que o desenho é uma importante atividade criadora para a criança e que é representativa do seu estágio de desenvolvimento. O autor destaca que o desenho é um signo que pode ser usado pela criança para representação de conceitos com os quais se relaciona. A capacidade da criança em reproduzir, no papel, um objeto que esteja à sua vista ou então em desenhar outro que não esteja sendo visualizado por ela indica o desenvolvimento de sua capacidade de apropriação e de interiorização de conceitos e conteúdos afins. Portanto, a nosso ver e ao considerarmos tanto o que é posto pela BNCC quanto por Vigoski (1987), o desenvolvimento da criança pode estar sendo cerceado por meio de práticas e condutas que a impedem de realizar esse processo de abstração mental. Aliás, esse autor nos mostra que se buscamos fortalecer a imaginação e a subjetividade infantil, bem como sua expressão por meio do desenho, precisamos conferir às crianças os elementos com os quais elas possam se pautar, se basear. Quando não oferecemos esses elementos às crianças, na verdade estamos colaborando para a estagnação de seu processo de desenvolvimento.

Por oportuno, vemos que a Base Nacional Curricular Comum não defende construtivismo ou sociointeracionismo, mas suas abordagens elencam propostas que estão voltadas para a atividade do aluno no processo de formação. Além disso, vemos que as referências apresentadas já estão presentes nas discussões pedagógicas há muitos anos e expressam, em grande medida, as requisições de muitos profissionais que estão integrados e que defendem a educação infantil de forma qualificada e visando a efetivação dos direitos da infância. Para tanto, partindo da análise do material inserido nos cadernos de tarefas analisados, o que ainda vemos é a utilização de atividades de caráter predominantemente ligadas à repetição, à memorização e sem muita relação com a cultura da criança. Dessa maneira, a criança faz o traçado da letra ou pinta no local indicado para o desenho mas não tem a liberdade de criar algo. Não pode experimentar a escrita e nem o desenho, e fica condicionada ao impresso no papel.

Assim, há que se realizar maior divulgação da Base Nacional Curricular Comum junto aos professores da educação infantil e há ainda necessidade de que os gestores educacionais acompanhem essas e outras atividades com um olhar mais “clínico” e assertivo de modo a adotar como parâmetro a

BNCC e, também, todos os outros elementos que foram sendo produzidos no espaço pedagógico e que configuram a educação na atualidade de forma que esse processo tenha, de fato, sentido para a criança.

Considerações finais

Não pretendemos realizar a crítica por si só, nem de maneira aleatória ou apenas com objetivo de expor os professores e os gestores responsáveis pela organização das unidades de ensino. Entretanto, consideramos que seja extremamente vital que as práticas pedagógicas desenvolvidas junto à educação infantil sejam repensadas e reorganizadas. A Base Nacional Curricular Comum não apenas oferece referências para essa reorganização como confere aos educadores todos os parâmetros necessários para incorporar essas ações ao cotidiano das salas de aula, conforme a idade das crianças, seu estágio de desenvolvimento e aos campos de experiência que podem ser construídos. Nesse sentido, apesar de haver a documentação que orienta à ação pedagógica vemos que nem sempre as referências conferidas para a intervenção são adotadas pelos professores. Dessa forma, não há correspondência entre o que é idealizado como uma referência para a ação educacional e aquilo que é executado, na prática.

Além disso, a Base Nacional Curricular Comum nos convida a repensar a aprendizagem especialmente orientada para a criança pequena. Nesse sentido nem sempre podemos pensar naquela aprendizagem formal e relacionada a conteúdos específicos, mas sim a conceitos que a criança apreende e que vão estar relacionados com o formato de se relacionar com o mundo. Assim, a nosso ver, a BNCC busca fortalecer a necessidade de a criança se apropriar dos signos de sua cultura, o que em tese não deve ser restrito apenas a aprender a fazer uma letra como deveria ou tampouco a desenhar algo com perfeição. Se por um lado isso ainda nos remete ao ensino tradicional e nos traz à memória as antigas cartilhas usadas anteriormente, por outro lado nos dá a ideia de que a criança tem sido apresentada a conceitos muito peculiares como a escrita e para os quais ainda não está preparada.

Em que pese outras críticas que porventura possam ser realizadas à Base Nacional Curricular Comum há que se considerar que tal documento propõe abordagens e metodologias que buscam fortalecer o protagonismo do aluno em seu processo de aprendizagem e em sua socialização. Quando o professor fortalece em sua conduta a utilização de metodologias que estão assentadas na memorização da criança, e, na realização de tarefas repetitivas acaba por vincular a sua ação profissional à perspectiva tradicional de ensino

a qual se contrapõe aos estudos pedagógicos contemporâneos assim como ao disposto pela Base Nacional Curricular Comum.

Esperamos ainda que esse artigo, mesmo com as deficiências naturais do processo de investigação nos inspire sempre a pensar em práticas pedagógicas diferenciadas, mais humanas e correspondentes ao estágio de desenvolvimento em que se encontram as crianças e que possamos sempre fazer com que essas atividades tenham mais sentido para a criança, protagonista de todo esse processo educacional. E, também correspondentes com as normativas e parâmetros que são conferidas pelo Ministério da Educação.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. *Base Nacional Curricular Comum*. Brasília, D.F.: Imprensa Oficial, 2017.

MIZUKAMI, M. da G. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 2013.

VIGOTSKY, L. S. *Imaginación y el arte en la infancia*. México, D.C.: Hispanicas, 1987.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Submetido em: 26-10-2019

Aceito em: 16-2-2020